



**II CONFERÊNCIA NACIONAL DO TRABALHO
DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO TRABALHO DECENTE
BRASIL**



**Organização
Internacional
do Trabalho**

**MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO**



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
NOTAS METODOLÓGICAS	3
1. Contexto Econômico e Social	3
2. Oportunidades de Emprego	4
Participação no Mercado de Trabalho e Nível de Ocupação.....	4
Desocupação e Subocupação	5
Formalidade Laboral	6
Juventude e Trabalho Decente	7
3. Rendimentos Adequados e Trabalho Produtivo	8
4. Jornada de Trabalho Decente	9
5. Conciliação entre Trabalho, Vida Pessoal e Vida Familiar	9
6. Trabalho a ser abolido	9
Trabalho Infantil	9
Trabalho Forçado.....	10
7. Estabilidade no Trabalho	10
8. Igualdade de Oportunidades e de Tratamento no Emprego.....	11
Segregação Ocupacional.....	11
Disparidade de Rendimentos	11
Trabalhadoras e trabalhadores domésticos	12
Pessoas com Deficiência	13
9. Ambiente de Trabalho Seguro	13
10. Seguridade Social.....	14
11. Diálogo Social	14
REFERÊNCIAS.....	15
FICHA TÉCNICA.....	16

APRESENTAÇÃO

O conceito de trabalho decente, que foi formalizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1999, é entendido como uma síntese da missão da OIT de promover “o respeito aos direitos no trabalho, a promoção do emprego, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social”. É definido como a capacidade de que sejam promovidas oportunidades de emprego exercido em jornada de trabalho decente, que permita ao trabalhador a conciliação do trabalho com a vida pessoal e familiar, que ofereça rendimentos adequados e em condições de estabilidade, em ambientes de trabalho seguros, onde a igualdade seja promovida e formas abjetas de trabalho, como o trabalho infantil e o análogo à escravidão, sejam negadas.

Neste diagnóstico sobre a situação do trabalho decente são apresentados os indicadores mais recentes sobre suas onze dimensões, que consistem nas seções deste trabalho. A seleção destes indicadores foi feita a partir de um processo de consulta tripartite para indicar aqueles que melhor caracterizam a situação do trabalho decente no Brasil, sendo mantida a mesma estrutura utilizada anteriormente nos 27 diagnósticos correspondentes às Unidades da Federação. As diferentes sessões deste documento, por fim, relatam cada um destes indicadores previamente selecionados.

NOTAS METODOLÓGICAS¹

O conjunto dos indicadores apresentado neste relatório é predominantemente proveniente de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e de suas pesquisas suplementares sobre mercado

¹ O processo de construção de indicadores e as conclusões provenientes de uma pesquisa por amostra devem ser apoiados nas estimativas produzidas. Essas, por sua vez, embutem um erro amostral que deve situar-se dentro de um nível de confiança fixado. A avaliação dos erros amostrais (realizada por intermédio das estimativas dos coeficientes de variação) é um ponto fundamental para a construção e

de trabalho, trabalho infantil e pessoas com deficiência. Recorre também a informações da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC) e do Produto Interno Bruto dos Municípios. Adicionalmente, utiliza, estatísticas da Previdência Social e informações dos programas de assistência social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), dentre outras. Ademais, faz uso de informações oriundas do Painel de Indicadores da Rede de Observatórios do Trabalho, desenvolvido pela Macroplan Analytics, mediante parceria firmada entre o MTE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

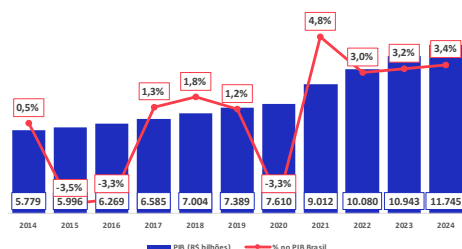
1. Contexto Econômico e Social

O contexto econômico e social é um elemento estruturante e condicionante da promoção do Trabalho Decente. De acordo com os dados da Pnad Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no 4º trimestre de 2025, a população residente no Brasil era de 213.130,5 mil pessoas, sendo composta por 51,3% de mulheres, 48,7% de homens, 56,4% de pessoas negras e 43,6% de pessoas não negras. Segundo o Censo 2022, o número de indígenas era de 1.693,5 mil pessoas e de quilombolas 1.327,8 mil.

Segundo dados do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil para o ano de 2024 era de R\$ 11.744,7 bilhões (Gráfico 1).

análise dos indicadores municipais de Trabalho Decente, pois dele decorre o grau de confiança nas conclusões analíticas obtidas. Neste relatório, optou-se por apresentar indicadores cujo coeficiente de variação não fosse superior a 30%, o que pode comprometer a apresentação de todos os indicadores e suas respectivas desagregações.

Gráfico 1
Evolução do PIB a Preços de Mercado e Variação Real do PIB em relação ao ano anterior Brasil, 2014 a 2024 (em R\$ bilhões e em %)



Fonte: IBGE.Contas Nacionais Trimestrais
Elaboração: Escritório da OIT para o Brasil

A análise da contribuição setorial ao Produto Interno Bruto Brasileiro e da distribuição do contingente de ocupados por setores de atividade fornece importantes elementos para a compreensão das relações entre a dinâmica econômica e o mercado de trabalho. Em 2024, o setor agropecuário respondia por 6,5% do Valor Adicionado (VA²) (R\$ 655,3 bilhões), e 7,7% da ocupação total no 4º trimestre do mesmo ano ao abrigar um contingente de 7.712,3 mil trabalhadores/as. Já a indústria gerava 24,7% do VA (R\$ 2.504,9 bilhões) e 20,5% dos postos de trabalho (20.848,8 mil ocupados/as). Por fim, o setor de serviços era responsável por 68,8% do VA (R\$ 6.966,3 bilhões) e respondia por 71,9% da ocupação, mediante a absorção de 73.251,5 mil pessoas ocupadas.

No 4º trimestre de 2025, 7.183,7 mil pessoas de 15 anos ou mais de idade (4,2% do total) figuravam no grupo de indivíduos sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto. Vale ressaltar que pela adequação idade-série do sistema educacional brasileiro, toda a população de 15 anos ou mais de idade já deveria ter concluído o ensino fundamental. Tratando-se do nível de instrução subsequente, um contingente de 66.474,1 mil pessoas (38,7%) possuía o ensino fundamental completo ou médio incompleto. Com relação ao ensino médio completo ou superior incompleto, os dados apontavam

² Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao Produto Interno Bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

que 38,3% da população brasileira alcançara esse nível de instrução (65.834,0 mil pessoas). O ensino superior completo era realidade para 32.325,0 mil habitantes, o correspondente a 18,8% da população de 15 anos ou mais de idade.

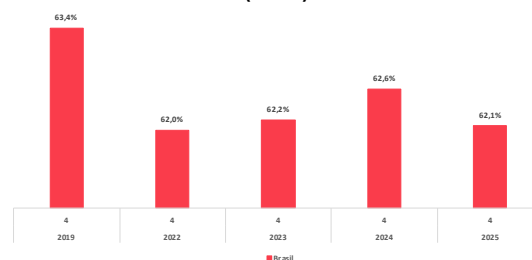
2. Oportunidades de Emprego

O trabalho é um dos principais vínculos entre o desenvolvimento econômico e o social. A existência de oportunidades de emprego e de trabalho representa, portanto, um dos principais pilares para a promoção do Trabalho Decente.

Participação no Mercado de Trabalho e Nível de Ocupação

Segundo a Pnad Contínua do 4º trimestre de 2025, no Brasil havia 174.747,2 mil Pessoas em Idade para Trabalhar (PIT), 102.998,2 mil pessoas ocupadas e 5.502,6 mil pessoas desocupadas, o que implicava em uma Taxa de Participação³ no mercado de trabalho brasileiro de 62,1%. Em relação ao mesmo trimestre do ano de 2019 essa taxa era de 63,4% (Gráfico 2).

Gráfico 2
Taxa de Participação
Brasil, 4º trimestre de 2019 a 4º trimestre de 2025 (em %)



Fonte: IBGE.Pnad Contínua Trimestral
Elaboração: Escritório da OIT para o Brasil

Obs.: Os dados referentes aos anos de 2020 e 2021 foram omitidos em virtude das dificuldades de coleta de dados, evidenciada pela disponibilidade de amostra, durante o período da pandemia do COVID-19.

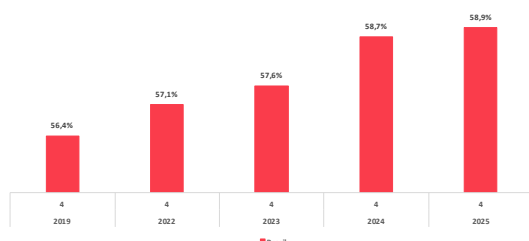
Tradicionalmente, as mulheres participam menos que os homens no mercado de trabalho, entre outros fatores devido a barreiras culturais que ainda persistem, e a

³ Contingente da População na Força de Trabalho (pessoas de 14 anos de idade ou mais ocupados ou desocupados na semana de referência) sobre a População em Idade para Trabalhar (PIT) da mesma faixa etária, multiplicado por 100.

uma divisão sexual do trabalho que lhes atribui às funções de cuidado e reprodução social na esfera doméstica, que não são consideradas trabalho e subtraem tempo para a inserção no mercado de trabalho. No Brasil a Taxa de Participação observada no 4º trimestre de 2025 fora de 72,0% entre os homens e de 52,8% entre as mulheres.

O Nível de Ocupação⁴ no Brasil era de 58,9% no 4º trimestre de 2025 (Gráfico 3). Os mesmos fatores socioculturais que explicam as diferenças entre a Taxa de Participação masculina e feminina também repercutem sobre o nível de ocupação, de tal modo que o nível de ocupação entre os homens era de 69,0%; e de 49,6% entre as mulheres.

Gráfico 3
Nível de Ocupação
Brasil, 4º trimestre de 2019 a 4º trimestre de 2025
(em %)



Fonte: IBGE.Pnad Contínua Trimestral

Elaboração: Escritório da OIT para o Brasil

Obs.: Os dados referentes aos anos de 2020 e 2021 foram omitidos em virtude das dificuldades de coleta de dados, evidenciada pela disponibilidade de amostra, durante o período da pandemia do COVID-19.

A população ocupada no Brasil, que totalizava 102.998,2 mil pessoas no 4º trimestre de 2025, era composta por 39.409,0 mil empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada (ou 38,3% do total de ocupados), 13.565,0 mil empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada (ou 13,2% do total), 13.004,2 mil empregados no setor público (ou 12,6% do total), 5.570,0 mil trabalhadoras/es domésticos, 4.151,8 mil empregadores (4,0% do total), 26.108,9 mil trabalhadores por conta própria (25,3% do

total) e 1.189,6 mil trabalhadores familiares auxiliares (1,2% do total).

Desocupação e Subocupação

O contingente total da população desocupada⁵ no país perfazia 5.502,6 mil pessoas no 4º trimestre de 2025. A Taxa de Desocupação⁶ era de 5,1%, inferior em 6,0 pontos percentuais ao valor observado no mesmo trimestre do ano de 2019 (11,1%).

Os dados de desocupação, contudo, contém um importante componente de heterogeneidade regional. Considerando a taxa de desocupação, a região com a maior taxa de desocupação é a região Nordeste, com uma taxa de desocupação de 7,1%, ao passo que a unidade da federação com a maior taxa de desocupação é Pernambuco, com 8,8% da população na força de trabalho à procura de uma ocupação. Por outro lado, a região com a menor taxa de desocupação é a região Sul (3,1%) e a unidade da federação com a menor taxa é Santa Catarina (2,2% da força de trabalho desocupada).

A distribuição da população ocupada tende a se concentrar nas regiões e unidades da federação mais populosas do país. Nesse sentido, a região que agrega o maior contingente de desocupados no Brasil é a região Sudeste, com 2.307,0 mil pessoas desocupadas (41,9% da população desocupada no Brasil), enquanto a unidade da federação que abriga o maior contingente de desocupados é São Paulo, com uma população de 1.212,1 mil desocupados (22,0% do total). Na outra ponta, a região Centro-Oeste, com uma população desocupada de 356,5 mil pessoas, e a unidade da federação Roraima, com 14,8 mil desocupados, são, respectivamente, as regiões e unidades da federação com os menores contingentes de desocupados no país.

⁴ Número de ocupados de 14 anos de idade ou mais dividido pela PIT da mesma faixa etária, multiplicado por 100.

⁵ A Pnad Contínua considera como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho que gere rendimentos para o domicílio, que tomaram alguma providência efetiva para conseguir-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo nessa semana.

Considera-se desocupadas também as pessoas sem trabalho na semana de referência e que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque haviam conseguido trabalho que iriam iniciar após a semana de referência.

⁶ Número de pessoas desocupadas sobre a População na Força de Trabalho, multiplicado por 100.

Por fim, considerando os estratos geográficos⁷ investigados pela Pnad Contínua, a subregião que agrega o maior contingente de desocupados é “São Paulo (SP) - Capital”. No 4º trimestre de 2025, essa subregião reunia um total de 409,8 mil pessoas desocupadas, que representavam 7,4% do número total de desocupados do país. E, aquela com a maior taxa de desocupação era a subregião denominada “Agreste do Rio Grande do Norte”, com um percentual de 18,5% das pessoas na força de trabalho sem ocupação e à procura de uma.

Apesar da mencionada trajetória de queda do contingente de desocupados e da taxa de desocupação, o mercado de trabalho brasileiro é caracterizado pela presença numerosa de pessoas subocupadas⁸ – aquelas que, embora possuam uma ocupação, gostariam e poderiam trabalhar por mais horas – e das pessoas na força de trabalho potencial⁹. No Brasil, havia 4.512,1 mil pessoas subocupadas e 5.274,3 mil pessoas na força de trabalho potencial no 4º trimestre de 2025, números estes que combinados ao contingente de desocupados e subocupados revelam uma taxa composta da subutilização da força de trabalho de 13,4%, percentual inferior em 9,6 pontos percentuais à taxa no mesmo trimestre do ano de 2019 (23,0%) (Gráfico 4).

Gráfico 4
Taxa Composta da Subutilização da Força de Trabalho
Brasil, 4º trimestre de 2019 a 4º trimestre de 2025
(em %)



Fonte: IBGE.Pnad Contínua Trimestral

Elaboração: Escritório da OIT para o Brasil

Obs.: Os dados referentes aos anos de 2020 e 2021 foram omitidos em virtude das dificuldades de coleta de dados, evidenciada pela disponibilidade de amostra, durante o período da pandemia do COVID-19.

Formalidade Laboral

Uma dimensão fundamental da qualidade dos postos de trabalho é a disseminação dos contratos regulares, isto é, aqueles definidos segundo a legislação vigente e que propiciam acesso à proteção social. Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais¹⁰ (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, o número de vínculos de empregos formais em 2024 no Brasil foi de 57.132.156.

Segundo a Pnad Contínua, o contingente de trabalhadores/as formais¹¹ brasileiros somava 64.291,1 mil pessoas, montante significativamente superior ao observado no mesmo trimestre de 2019, quando o contingente de trabalhadores formais totalizava 55.728,0 mil pessoas. Em relação à estrutura ocupacional do país, o total de

⁷ O IBGE disponibilizou 146 estratos geográficos de Municípios que objetivam conferir maior granularidade espacial às informações investigadas pela PNAD Contínua e permitem estimativas com precisão estatística que ultrapassa o limite do Município da Capital, até então o menor recorte territorial considerado em um levantamento por amostragem domiciliar. Maiores informações estão disponíveis em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101933.pdf>. Acesso em 24/02/2026.

⁸ As pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas são aquelas que, na semana de referência, (i) tem 14 anos ou mais de idade; (ii) trabalhavam habitualmente menos de 40 horas semanais; (iii) gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; (iv) e estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência. Ver <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101820.pdf>. Data do acesso: 23/06/2025.

⁹ As pessoas na força de trabalho potencial compreendiam aquelas em situação de desalento – grupo de pessoas que

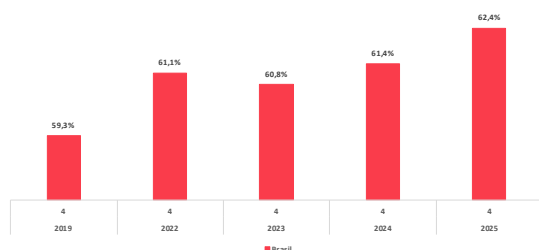
não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência – e as pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência da pesquisa. Mais informações estão disponíveis na Nota Técnica Set/2016 – Medidas de subutilização da força de trabalho, ver <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101820.pdf>. Acesso em 05/08/2025.

¹⁰ A RAIS é um Registro Administrativo de periodicidade anual criada com a finalidade de suprir as necessidades de controle, de estatísticas e de informações às entidades governamentais da área social. Constitui um instrumento imprescindível para o cumprimento das normas legais, como também é de fundamental importância para o acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho formal.

¹¹ Corresponde ao somatório dos trabalhadores com carteira assinada, inclusive os trabalhadores domésticos, dos militares e funcionários públicos estatutários, dos empregadores e dos trabalhadores por conta própria com inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

trabalhadores/as formais representava 62,4% da população ocupada no 4º trimestre de 2025 (Gráfico 5).

Gráfico 5
Taxa de Formalização
Brasil, 4º trimestre de 2019 a 4º trimestre de 2025
(em %)



Fonte: IBGE.Pnad Contínua Trimestral

Elaboração: Escritório da OIT para o Brasil

Obs.: Os dados referentes aos anos de 2020 e 2021 foram omitidos em virtude das dificuldades de coleta de dados, evidenciada pela disponibilidade de amostra, durante o período da pandemia do COVID-19.

O contingente da população ocupada em trabalhos informais no 4º trimestre de 2025, o público-alvo das políticas de formalização, era composto por 38.707,1 mil pessoas, montante que representa 37,6% da população ocupada.

Assim como no contingente de pessoas desocupadas, a taxa de formalização se distribui de forma heterogênea pelas regiões do país. A região com a maior taxa de formalização é a região Sul (70,9%) e a unidade da federação com a maior taxa é Santa Catarina (74,3%). Por outro lado, a região com a menor taxa de formalização é a região Norte, com uma taxa de formalização de 49,1%, ao passo que a unidade da federação com a menor taxa de formalização é Maranhão, com 42,7% dos ocupados exercendo ocupações formalizadas.

A distribuição da população ocupada exercendo trabalhos informais tende a se concentrar, assim como o contingente de desocupados, nas regiões e unidades da federação mais populosas do país. Nesse sentido, a região que agrega o maior contingente de trabalhadores informais no Brasil é a região Sudeste, com 15.104,3 mil trabalhadores informais (39,0% do total), enquanto a unidade da federação que abriga o maior contingente de trabalhadores informais é São Paulo, com uma população de 7.301,4 mil trabalhadores informais

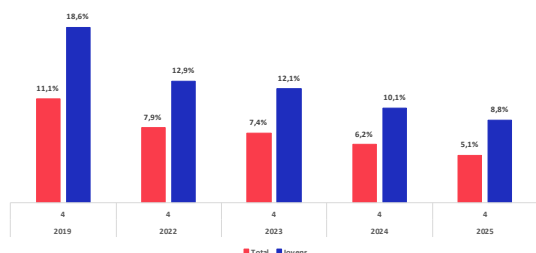
(18,9% do total). Na outra ponta, a região Centro-Oeste, com um total de 2.904,4 mil pessoas, e a unidade da federação Roraima, com 117,7 mil trabalhadores informais, são, respectivamente, a região e a unidade da federação com o menor contingente de trabalhadores informais no país.

Considerando os estratos geográficos, aquela que reunia o maior contingente de trabalhadores não formalizados no período era “São Paulo (SP) - Capital”. No 4º trimestre de 2025, essa subregião reunia um total de 2.003,6 mil ocupados não formalizados (1,3% do total de trabalhadores não formalizados). Já aquela com a maior proporção de trabalhadores não formalizados era a subregião “Vale do Rio Purus (AM)”, com um percentual de 81,9% das pessoas em ocupações não formalizadas.

Juventude e Trabalho Decente

O Trabalho Decente é um direito da juventude, sendo fundamental para garantir oportunidades de ocupação de qualidade no presente, tornando também factível a construção de melhores trajetórias ocupacionais futuras. Um dos principais traços estruturais do mercado de trabalho dos e das jovens no Brasil (assim como em diversos outros países) é a prevalência de taxas de desocupação significativamente mais elevadas do que aquelas correspondentes à população adulta. Com efeito, no 4º trimestre de 2025, enquanto a Taxa de Desocupação no Brasil era de 5,1%, entre os/as jovens (18 a 29 anos de idade) essa cifra alcançava 8,8% (Gráfico 6).

Gráfico 6
Taxa de Desocupação – População Ocupada e Jovens de 18 a 29 Anos de Idade
Brasil, 4º trimestre de 2019 a 4º trimestre de 2025
(em %)



Fonte: IBGE.Pnad Contínua Trimestral

Elaboração: Escritório da OIT para o Brasil

Obs.: Os dados referentes aos anos de 2020 e 2021 foram omitidos em virtude das dificuldades de coleta de dados, evidenciada pela disponibilidade de amostra, durante o período da pandemia do COVID-19.

No ano de 2024, um contingente de 8.842,6 mil jovens de 18 a 29 anos de idade não estudava e nem procurava trabalho, montante equivalente a 23,3% da população juvenil nessa faixa etária. Importante destacar que este indicador é condicionado pelas relações de gênero e pelos respectivos estereótipos – que atribuem às mulheres a responsabilidade principal pelas atividades domésticas –, o que se soma à ausência e/ou insuficiência de políticas de conciliação e corresponsabilidade, no âmbito do trabalho e da família.

Séries históricas dos indicadores presentes neste capítulo estão disponíveis no Painel de Indicadores da Rede de Observatórios do Trabalho. O painel de indicadores pode ser acessado através do link a seguir: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/painel-de-indicadores-da-rede-de-observatorios-do-trabalho>.

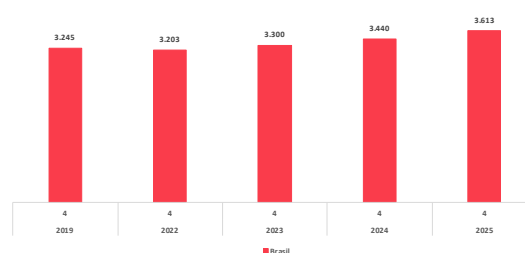
3. Rendimentos Adequados e Trabalho Produtivo

Nas sociedades contemporâneas, a satisfação das necessidades da grande maioria da população está ligada à obtenção dos rendimentos provenientes do trabalho. É por meio deste que o/a trabalhador/a pode ter acesso aos bens e

serviços disponibilizados no mercado e, assim, ampliar o seu bem-estar individual e familiar. De acordo com os dados da Pnad Contínua relativos ao ano de 2024, o rendimento oriundo de todos os trabalhos das pessoas ocupadas nos domicílios particulares representava 75,1% do rendimento domiciliar¹² de todas as fontes no Brasil. Nas áreas urbanas e rurais tal proporção era de 76,2% e 59,4%, respectivamente.

No Brasil, os últimos trimestres foram marcados por uma aceleração do crescimento econômico, que, por sua vez, ancorou-se, em grande medida, no fortalecimento do mercado interno de consumo. Retomou-se a política de valorização do salário-mínimo, importante para a elevação dos salários reais dos/as trabalhadores/as, bem como para o estreitamento do hiato salarial – entre o final do 4º trimestre de 2019 e o final do 4º trimestre de 2025, o aumento real acumulado do salário-mínimo foi de 9,5%. No 4º trimestre de 2025, o valor do rendimento médio real habitual de todos os trabalhos da população ocupada no Brasil foi de R\$ 3.613, equivalente a 2,4 Salário(s) Mínimo(s) (SM) (Gráfico 7).

Gráfico 7
Rendimento Médio Habitual Real em Todos os Trabalhos
Brasil, 4º trimestre de 2019 a 4º trimestre de 2025
(em R\$ do 4º trimestre de 2025)



Fonte: IBGE.Pnad Contínua Trimestral

Elaboração: Escritório da OIT para o Brasil

Obs.: Os dados referentes aos anos de 2020 e 2021 foram omitidos em virtude das dificuldades de coleta de dados, evidenciada pela disponibilidade de amostra, durante o período da pandemia do COVID-19.

Séries históricas dos indicadores presentes neste capítulo estão disponíveis no Painel de Indicadores da Rede de Observatórios do Trabalho, na dimensão “rendimento do

¹² Os dados desta seção referem-se ao rendimento habitualmente recebido em todos os trabalhos e efetivo nas

demais fontes (programas sociais, aposentadorias e pensões, aluguéis, financeiros e outros rendimentos).

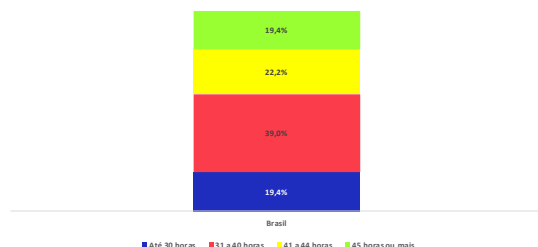
trabalho”. O painel de indicadores pode ser acessado através do link a seguir: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/painel-de-indicadores-da-rede-de-observatorios-do-trabalho>.

4. Jornada de Trabalho Decente

A regulação da jornada de trabalho requer uma conciliação de interesses divergentes, entre representações de trabalhadores e de empregadores. Nesse aspecto, o Estado tem um importante papel de mediador dos conflitos e de definidor de um arcabouço legal que regule as relações e condições de trabalho. Adicionalmente, nos países democráticos os acordos e as convenções coletivas, frutos da negociação entre empregadores e trabalhadores, podem versar sobre o tempo de trabalho de categorias profissionais específicas.

No 4º trimestre de 2025, o total de pessoas ocupadas no Brasil com jornada de trabalho semanal superior a 44 horas, que corresponde ao atual limite estabelecido pela legislação brasileira, era de 20.018,6 mil pessoas, o que representava 19,4% da população ocupada. A jornada média de trabalho da população ocupada, no período considerado, foi de 39,8 horas semanais (Gráfico 8).

Gráfico 8
Distribuição dos ocupados por faixa de horas trabalhadas
Brasil, 4º trimestre de 2025
(em %)



Fonte: IBGE.Pnad Contínua Trimestral
Elaboração: Escritório da OIT para o Brasil

Os indicadores presentes neste capítulo estão disponíveis no Painel de Indicadores da Rede de Observatórios do Trabalho, na dimensão “estrutura e dinâmica da população ocupada”. O painel de

indicadores pode ser acessado através do link a seguir: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/painel-de-indicadores-da-rede-de-observatorios-do-trabalho>.

5. Conciliação entre Trabalho, Vida Pessoal e Vida Familiar

A conciliação entre o trabalho e a vida pessoal e familiar está intrinsecamente relacionada ao conceito de trabalho decente, principalmente no que tange à liberdade, inexistência de discriminação e capacidade de assegurar uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho. É uma dimensão central de uma estratégia de promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho e exige a articulação de ações nos mais diversos âmbitos - político, social, governamental, empresarial e individual – que possam conduzir a uma nova organização do trabalho e da vida familiar.

Um fator-chave para facilitar a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho e aliviar a tensão vivenciada tanto por elas como pelos homens com responsabilidades familiares e dupla jornada é a disponibilidade de serviços acessíveis de assistência a crianças, sobretudo em idade de acesso à educação infantil. Segundo a Pnad Contínua concentrada no segundo trimestre do ano de 2024, um contingente de cerca de 4.239,9 mil mulheres ocupadas de 16 a 49 anos de idade residentes no Brasil tinham filhas e/ou filhos de 0 a 3 anos de idade – o equivalente a 16,9% do total de mulheres trabalhadoras nesta faixa etária. Para 47,4% das trabalhadoras com filhos de 0 a 3 anos de idade – ou 2.009,5 mil mulheres – nenhum frequentava escola ou creche.

6. Trabalho a ser abolido

Trabalho Infantil

Segundo a Pnad Contínua, no ano de 2024 o contingente de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos de idade em situação de

trabalho infantil era estimado no Brasil em 1.649,8 mil crianças e adolescentes, o correspondente a 4,3% do total de crianças e adolescentes nesta faixa etária.

Com vistas a subsidiar ações de prevenção e combate ao trabalho infantil, a análise da frequência e da proporção de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nas grandes regiões, unidades da federação e subespaços brasileiros é um importante subsídio para as políticas públicas.

O maior contingente de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil se concentra na região Nordeste, com um total de 547,1 mil crianças e adolescentes nessa condição, enquanto a região Norte é a que possui a maior proporção de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, com 6,2% das crianças de 5 a 17 anos dos ocupados exercendo atividades de trabalho. Quanto às unidades da federação, a com o maior contingente de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil é São Paulo, com uma população de 237,4 mil crianças e adolescentes nessa condição, ao passo que Pará é a unidade da federação com a maior proporção de crianças e adolescentes trabalhadores - 7,7%. O estrato geográfico com a maior frequência de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil é “Foz do Rio Amazonas (PA)”, com um contingente de 53,9 mil crianças e adolescentes nesta condição. Em relação à proporção de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil em relação ao total de crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos de idade, a subregião com maior proporção é a “Baixo do Rio Amazonas (PA)”, com um percentual de 14,4% das crianças e adolescentes nesta faixa etária exercendo algum tipo de trabalho não permitido.

Considerando-se a distribuição por faixas de idade, o contingente de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil se concentra na faixa etária de 16 ou 17 anos. No Brasil, os dados indicavam a presença de cerca de 915,3 mil adolescentes nesta faixa de idade inseridos

no mercado de trabalho, o que correspondia a 55,5% do total de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.

Trabalho Forçado

A definição da OIT de trabalho forçado é composta por dois elementos básicos: trabalho ou serviço imposto sob ameaça de punição e executado involuntariamente, conforme definido em duas Convenções relativas ao tema: Convenção sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, 1930 (nº 29) e Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado, 1957 (nº 105), ambas ratificadas pelo Brasil nos anos de 1957 e 1965, respectivamente. Em julho de 2025, o Congresso Nacional aprovou o texto do Protocolo Facultativo à Convenção nº 29 da OIT sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, adotado em 28 de maio de 2014.

Entre os anos de 1995 e 2025, segundo informações da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT/MTE), cerca de 68,5 mil pessoas foram libertadas de situações de trabalho análogo ao de escravo no Brasil, conforme definição do Código Penal Brasileiro. Com base na Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC) do IBGE, referente ao ano de 2023, das 27 unidades da federação brasileiras, 12 informavam dispor de Comitês Estaduais de Enfrentamento ao Trabalho Escravo ou Forçado, ao passo que dos 5.570 municípios brasileiros, apenas 7 informavam dispor de Comitê ou Comissão de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, de acordo com dados da Pesquisa Municipal de Informações Básicas Municipais (MUNIC 2023), também do IBGE.

7. Estabilidade no Trabalho

O grau de flexibilidade na contratação e demissão, usualmente expresso pelo tempo médio de permanência no emprego da força de trabalho ocupada, denota o nível de autonomia que as empresas possuem para ajustarem o número de trabalhadores/as aos ciclos econômicos.

A flexibilidade de contratação/demissão da força de trabalho pode ser visualizada mediante a incidência de vínculos

trabalhistas com curta duração. Segundo os dados da RAIS, em 2024 a proporção de vínculos empregatícios formalizados que possuíam tempo de permanência inferior a um ano no Brasil era de 31,5% em 2024, ao passo que a proporção de vínculos com tempo de permanência superior a cinco anos, que reflete maior estabilidade, foi de 31,6% neste mesmo ano.

Mais informações sobre estabilidade no trabalho podem ser obtidas no Painel de Indicadores da Rede de Observatórios do Trabalho, na dimensão “rotatividade do trabalho”. O painel de indicadores pode ser acessado através do link a seguir: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/painel-de-indicadores-da-rede-de-observatorios-do-trabalho>.

8. Igualdade de Oportunidades e de Tratamento no Emprego

Um dos quatro pilares básicos da promoção do Trabalho Decente é o respeito aos direitos no trabalho, em especial os expressos na Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho da OIT, adotada em 1998, entre os quais se inscreve a eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação.

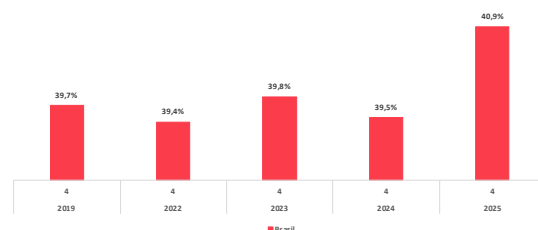
Segregação Ocupacional

A segregação ocupacional com base no sexo se manifesta em todas as latitudes, independentemente dos níveis de desenvolvimento econômico, dos sistemas políticos e dos entornos religiosos, sociais e culturais. É uma das características mais importantes e persistentes dos mercados de trabalho em todos os países.

Os dados da Pnad Contínua do 4º trimestre de 2025 indicam que das 3.748,3 mil pessoas que ocupavam cargos de direção ou gerência no Brasil, 2.215,4 mil (59,1% do total) eram homens e 1.533,0 mil (40,9%) eram mulheres (Gráfico 9). Em relação a cor ou raça, o número de negros exercendo

cargos de gerência ou direção era de 1.293,1 mil pessoas (ou 34,5% dos diretores e gerentes), enquanto as pessoas brancas diretores ou gerentes somavam 2.383,9 mil pessoas (63,6%).

Gráfico 9
Proporção de Mulheres no Grupamento Ocupacional “Diretores e Gerentes”
Brasil, 4º trimestre de 2019 a 4º trimestre de 2025
(em %)



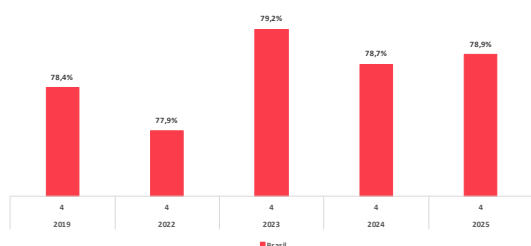
Fonte: IBGE.Pnad Contínua Trimestral
Elaboração: Escritório da OIT para o Brasil

Obs.: Os dados referentes aos anos de 2020 e 2021 foram omitidos em virtude das dificuldades de coleta de dados, evidenciada pela disponibilidade de amostra, durante o período da pandemia do COVID-19.

Disparidade de Rendimentos

O hiato de rendimentos por sexo e cor ou raça entre a população trabalhadora é outro importante indicador de Trabalho Decente da dimensão de igualdade de oportunidades e de tratamento no emprego. De acordo com a Pnad Contínua do 4º trimestre de 2025, no Brasil o rendimento médio habitual real em todos os trabalhos das mulheres era de R\$ 3.137, montante que equivalia a 78,9% do valor do rendimento auferido pelos homens (R\$ 3.977) (Gráfico 10). Considerando-se a cor ou raça, a população negra ocupada no estado recebia rendimentos médios habituais reais do trabalho de R\$ 2.757, equivalentes a 59,1% da remuneração recebida pelos brancos ocupados (R\$ 4.667) (Gráfico 11).

Gráfico 10
Rendimento Médio Efetivo Real das Mulheres como
Proporção dos Rendimentos dos Homens
Brasil, 4º trimestre de 2019 a 4º trimestre de 2025
(em %)

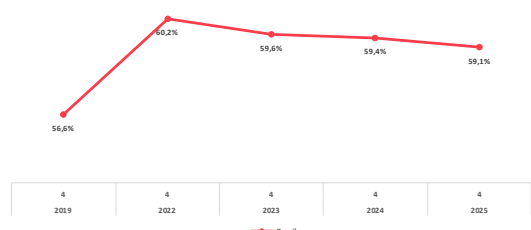


Fonte: IBGE.Pnad Contínua Trimestral

Elaboração: Escritório da OIT para o Brasil

Obs.: Os dados referentes aos anos de 2020 e 2021 foram omitidos em virtude das dificuldades de coleta de dados, evidenciada pela disponibilidade de amostra, durante o período da pandemia do COVID-19.

Gráfico 11
Rendimento Médio Efetivo Real das Pessoas Negras como
Proporção dos Rendimentos das Pessoas Brancas
Brasil, 4º trimestre de 2019 a 4º trimestre de 2025
(em %)



Fonte: IBGE.Pnad Contínua Trimestral

Elaboração: Escritório da OIT para o Brasil

Obs.: (a) Negros – pretos e pardos; (b) Os dados referentes aos anos de 2020 e 2021 foram omitidos em virtude das dificuldades de coleta de dados, evidenciada pela disponibilidade de amostra, durante o período da pandemia do COVID-19.

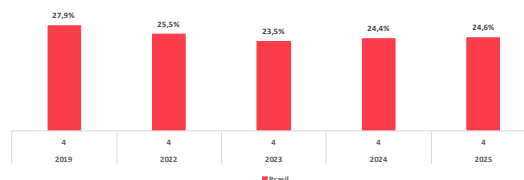
Trabalhadoras e trabalhadores domésticos

O trabalho doméstico desempenha um papel de suma importância na cadeia do cuidado, pois amortece, no âmbito das famílias, e sobretudo para as mulheres trabalhadoras, a pressão gerada pela necessidade de compatibilizar a inserção no mercado de trabalho com as responsabilidades familiares, em um contexto de insuficiência de políticas públicas nessa área.

Segundo os dados do 4º trimestre do ano de 2025, o Brasil contava com 5.569,8 mil trabalhadoras e trabalhadores domésticos. Tratando-se da formalização das relações laborais, a proporção de trabalhadoras e trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada no Brasil alcançava

24,6%, sendo que era de 27,9% no mesmo trimestre em 2019 (Gráfico 12).

Gráfico 12
Proporção de Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos
com Carteira Assinada
Brasil, 4º trimestre de 2019 a 4º trimestre de 2025
(em %)



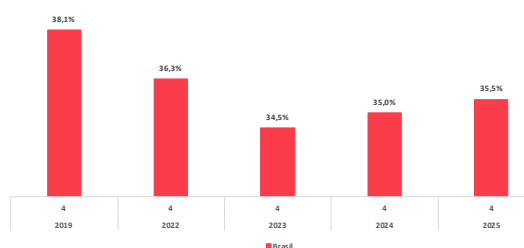
Fonte: IBGE.Pnad Contínua Trimestral

Elaboração: Escritório da OIT para o Brasil

Obs.: Os dados referentes aos anos de 2020 e 2021 foram omitidos em virtude das dificuldades de coleta de dados, evidenciada pela disponibilidade de amostra, durante o período da pandemia do COVID-19.

Em função da mencionada proporção com carteira de trabalho assinada, também não era significativa a proporção da categoria com acesso à previdência social: 35,5%. O número de contribuintes era de 1.979,1 mil. Vale mencionar que o número de contribuintes na categoria era composto pelo total que trabalhava com carteira de trabalho assinada acrescido pelas pessoas que contribuíam na condição de autônomo/a (Gráfico 13).

Gráfico 13
Proporção de Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos
Contribuintes da Previdência Social
Brasil, 4º trimestre de 2019 a 4º trimestre de 2025
(em %)



Fonte: IBGE.Pnad Contínua Trimestral

Elaboração: Escritório da OIT para o Brasil

Obs.: Os dados referentes aos anos de 2020 e 2021 foram omitidos em virtude das dificuldades de coleta de dados, evidenciada pela disponibilidade de amostra, durante o período da pandemia do COVID-19.

A existência de uma quantidade e de um percentual significativos de trabalhadoras e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada faz com que a remuneração da categoria seja bastante baixa, já que a formalização garantiria o recebimento de pelo menos um salário

mínimo mensal. O rendimento médio real de todos os trabalhos da população ocupada com rendimento na categoria era de R\$ 1.387, o equivalente a 0,9 Salário-Mínimo (SM), no 4º trimestre de 2025.

Pessoas com Deficiência

Os dados da pesquisa suplementar da Pnad Contínua sobre pessoas com deficiência, levada à campo em 2022, permitem conhecer a realidade laboral das pessoas com deficiência e fornecem importantes insumos para subsidiar as políticas públicas de inclusão social e de promoção do Trabalho Decente desse segmento da população.

A população em idade para trabalhar (14 anos de idade ou mais) com alguma deficiência¹³ era composta por 17.112,4 mil pessoas em 2022. Destes, compunham a população na força de trabalho 5.038,5 mil pessoas, o que implicava em uma Taxa de Participação no mercado de trabalho de 29,4%. O contingente da população ocupada perfazia 4.583,6 mil indivíduos, sendo o Nível de Ocupação da ordem de 26,8%. Já o contingente de pessoas com alguma deficiência desocupados somava 454,9 mil, ao passo que a taxa de desocupação dessa população era de 9,0%. No Brasil, o percentual de pessoas com alguma deficiência representava 10,0% do total das pessoas em idade para trabalhar.

9. Ambiente de Trabalho Seguro

O preâmbulo da Constituição da OIT chama a atenção para o fato de que a proteção do trabalhador contra as doenças, sejam elas profissionais ou não, e contra os acidentes de trabalho é um elemento fundamental da justiça social. No mês de junho de 2022, a Conferência Internacional do Trabalho adotou a decisão histórica de incluir o princípio de um ambiente de trabalho

seguro e saudável aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da OIT. Um ambiente de trabalho seguro e saudável é aquele no qual se eliminaram os riscos ou onde foram tomadas todas as medidas práticas razoáveis e factíveis para reduzir os riscos ao máximo e onde se integra a prevenção como parte da cultura organizacional. Identificar os perigos e avaliar e controlar os riscos no lugar de trabalho é essencial para criar um entorno laboral seguro e saudável.

Segundo informações do eSocial e do Ministério da Previdência Social disponibilizadas pela SIT/MTE, o número total de acidentes de trabalho registrados no Brasil foi de 781.297 durante o ano de 2024, sendo que 3.366 redundaram em óbitos. De acordo com os dados do Observatório da Segurança e Saúde no Trabalho da Plataforma SmartLab, durante o período de 2012 a 2024, os três subsetores de atividade econômica com mais notificações de acidentes previdenciários de trabalho eram: “Atividades de atendimento hospitalar” (10,7% do total, 690.232 acidentes), “Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados” (3,8% do total, 244.141 acidentes), “Transporte rodoviário de carga” (2,7% do total, 175.276 acidentes).

A saúde mental no ambiente de trabalho tornou-se uma preocupação global crescente. No Brasil, os benefícios por incapacidade temporária associados à saúde mental no trabalho mais do que dobraram no último biênio, passando de 201 mil em 2022 para 472 mil em 2024 (aumento de 134%). A Norma Regulamentadora n.º 1, do Ministério do Trabalho e Emprego, foi recentemente atualizada para incluir a obrigatoriedade da avaliação de riscos psicossociais no processo de gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SST). O

¹³ Corresponde ao contingente de pessoas que respondeu ter muita dificuldade ou não conseguir de modo algum aos quesitos S11001 (dificuldade para enxergar), S11002 (dificuldade para ouvir), S11003 (dificuldade para andar), S11004 (dificuldade em levantar uma garrafa de água com dois litros até a altura dos olhos), S11005 (dificuldade para

pegar objetos pequenos), S11006 (dificuldade para lembrar de coisas ou se concentrar), S11007 (dificuldade para realizar cuidados pessoais) e S11008 (dificuldade para se comunicar, compreender e ser compreendido) da pesquisa suplementar sobre Pessoas com Deficiência da Pnad Contínua de 2022.

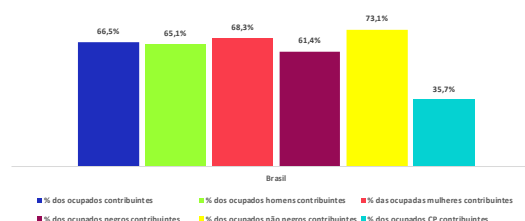
investimento na promoção da saúde mental é um ganha-ganha para as pessoas, para as famílias, para as empresas e para a sociedade como um todo, na medida em que promove ambientes de trabalho seguros e saudáveis, o que, por sua vez, minimiza a tensão e os conflitos, melhora a fidelização do quadro de pessoal e aumenta o rendimento e a produtividade do trabalho.

10. Seguridade Social

A Seguridade Social é um direito fundamental do ser humano e supõe a assistência a todos, indistintamente, de cobertura contra os riscos ao longo da vida e no trabalho. No âmbito da promoção do Trabalho Decente, essa dimensão está intrinsicamente associada a dois objetivos estratégicos da OIT: os direitos no trabalho e a proteção social.

No 4º trimestre de 2025, o número de pessoas ocupadas que contribuíam para a Previdência Social no Brasil era de 68.496,1 mil pessoas ou 66,5% do total dos ocupados. Entre os homens a proporção de contribuintes era de 65,1%, sendo de 68,3% entre as mulheres. Tratando-se da cor ou raça, a cobertura previdenciária era de 73,1% entre a população ocupada branca e de 61,4% entre a população trabalhadora negra. Entre a população trabalhadora por conta própria, o número de contribuintes era de 9.311,7 mil e a proporção desta categoria coberta pela Previdência Social era de 35,7%. Importante destacar, contudo, que havia no país 34.502,1 mil ocupados sem contribuição para a Previdência Social, montante correspondente a 33,5% do total de ocupados (Gráfico 14).

Gráfico 14
Percentual de Ocupados Contribuintes à Previdência Social – Total, por Sexo, por Cor ou Raça e Conta Própria
Brasil, 4º trimestre de 2025
(em %)



Fonte: IBGE.Pnad Contínua Trimestral

Elaboração: Escritório da OIT para o Brasil

Obs.: (a) CP: Conta Própria; (b) Negros: pretos e pardos.

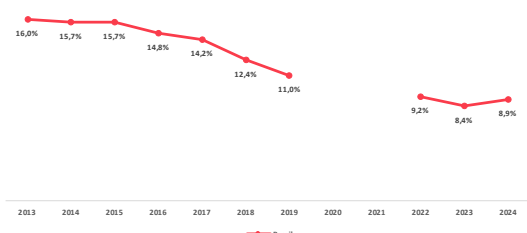
11. Diálogo Social

O diálogo social, pilar fundamental para a promoção do trabalho decente, justiça social e desenvolvimento sustentável, visa fortalecer os valores democráticos nos processos de construção de políticas que afetam a sociedade como um todo ou atores sociais específicos. Nesses termos, ambientes de interlocução entre os atores interessados - muitas vezes detentores de visões de mundo distintas - são institucionalizados com o intuito de dirimir e disciplinar conflitos, potencializar a cooperação e produzir políticas convergentes com os interesses das partes envolvidas. Com isso, contribui-se para a ampliação da legitimidade social de políticas públicas e de gestão das empresas e, portanto, para o fortalecimento de uma cultura democrática no país.

No mundo do trabalho, em particular, o diálogo social requer necessariamente uma efetiva liberdade de organização e associação sindical de trabalhadores e de empregadores, assim como a garantia de negociações coletivas periódicas. Segundo dados da Pnad Contínua Anual concentrados na primeira visita, o número de trabalhadores sindicalizados no Brasil em 2024 era de 9.065,6 mil pessoas, o que representava uma Taxa de Sindicalização de 8,9% (Gráfico 15). Em relação ao sexo, o percentual das mulheres ocupadas filiadas a algum sindicato era de 8,7%, ante 9,1% entre os homens. Em relação a cor ou raça, 8,3% dos ocupados negros eram sindicalizados, enquanto 9,7% dos

ocupados brancos eram filiados. Contudo, o que chama a atenção é a queda da representação sindical no país, motivada tanto por questões geracionais quanto institucionais, dentre outros, e que enfraqueceram a representação sindical no período. Na comparação com 2012, o percentual dos ocupados sindicalizados no país caiu 7,1 pontos percentuais, a partir de um patamar de 16,1% do total de ocupados.

Gráfico 15
Evolução da Taxa de Sindicalização
Brasil, 2012 a 2024
(em %)



Fonte: IBGE.Pnad Contínua Anual

Elaboração: Escritório da OIT para o Brasil

Obs.: Em 2020 e 2021 não houve divulgação de dados para o quesito.

REFERÊNCIAS

GUIMARÃES, J. R. S. (2012). **Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000**. Brasília: OIT.

IBGE (2021). **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro.

IBGE (2022). **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro.

IBGE (2023). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 1ª Visita**. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE (2023). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 5ª Visita**. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE (2024). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 5ª Visita**. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE (2024). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2o trimestre**. Rio de Janeiro.

IBGE (2025). **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral**. Rio de Janeiro.

MTE (2023). **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília.

MTE (2025). **Painel de Indicadores da Rede de Observatórios do Trabalho**. Acesso em 3 de Setembro de 2025, disponível em <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/painel-de-indicadores-da-rede-de-observatorios-do-trabalho>

SMARTLAB (2024). *Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho* in **Iniciativa Smartlab – Promoção do Trabalho Decente Guiada por Dados**. Acesso em 3 de Setembro de 2025, disponível em <https://smartlabbr.org/sst>

FICHA TÉCNICA

Equipe técnica MTE

Paula Montagner

Subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho

Ana Paula Santos da Silva Campelo

Chefe de Gabinete / Secretaria de Relações de Trabalho

Camila Ferreira Escobar

Assessora / Assessoria Especial de Promoção da Igualdade no Trabalho

Eder Barbosa Ramos

Assessor do Gabinete / Secretaria de Relações de Trabalho

Equipe técnica OIT

Fernanda Barreto

Coordenadora da Área de Cooperação Sul-Sul e Parcerias Estratégicas

Guilherme Silva

Oficial Nacional de Projetos

José Ribeiro

Oficial Nacional de Geração e Análise de Dados para a Promoção do Trabalho Decente

Júnior Dias

Oficial Nacional de Projetos



Organização
Internacional
do Trabalho

MINISTÉRIO DO
**TRABALHO
E EMPREGO**

